

Procurador	
<b>Questão 01</b>	
<b>Gabarito 1 (espelhoA01.pdf)</b>	<b>Itens = 6.0</b>
1 No caso apresentado, restou caracterizado ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.	0.00 1.00 2.00
2 O Município de Macaé poderá ingressar com ação de improbidade administrativa em face de Lucas, por se tratar de pessoa jurídica interessada. Muito embora a Lei no 14.230/2021, ao alterar a Lei no 8.429/1992, tenha objetivado afastar a legitimidade da pessoa jurídica interessada para ingressar com ações de improbidade administrativa, o Supremo Tribunal Federal, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nos 7042 e 7043, declarou a inconstitucionalidade parcial, com interpretação conforme sem redução de texto, do dispositivo legal que assim o previa, de modo a restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00 6.00
3 A medida de indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita. Ademais, caberá a interposição de agravo de instrumento em face da decisão judicial que defere a medida de indisponibilidade de bens.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00 6.00
4 Sim. O acordo de não persecução cível poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória, nos termos do art. 17-B, §4º, da Lei no 8.429/1992.	0.00 1.00 2.00
5 Devem advir, do acordo de não persecução cível, pelo menos, o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, se existente, ainda que oriunda de agentes privados.	0.00 1.00 2.00
6 Fluência e a coerência da exposição, assim como o domínio da modalidade escrita culta da língua portuguesa.	0.00 1.00 2.00
<b>Nota da Questão 01 - Gabarito 1</b>	<b>20</b>
<b>Questão 02</b>	
<b>Gabarito 1 (espelhoA02.pdf)</b>	<b>Itens = 3.0</b>
(1) Indicar o fenômeno da coisa julgada e discorrer sobre o seu conceito	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00
(2) Fundamentar sua resposta no julgamento do STJ (RESP 598148), esclarecendo que, caso haja conflito entre coisas julgadas, o STJ aplica o critério temporal no sentido de a decisão mais recente transitada em julgado prevalecer sobre a decisão mais antiga, desde que não tenha sido desconstituída por ação rescisória ajuizada com fundamento no artigo 966, IV, do CPC.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00 6.00 7.00 8.00 9.00 10.00
(3) Aplicar o precedente ao caso concreto, ressaltando que prevalece a sentença que julgou procedente a demanda declaratória movida pela Município em detrimento da decisão que julgou procedente a demanda movida por Thiago.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00
<b>Nota da Questão 02 - Gabarito 1</b>	<b>20</b>

<b>Questão 03</b>	
<b>Gabarito 1 (espelhoA03.pdf)</b>	<b>Itens = 5.0</b>
a) Em relação ao item a dos embargos à execução, o argumento está incorreto, visto que há previsão na Constituição da República de que o IPTU ainda ter alíquotas diferentes de acordo com sua localização.	0.00 2.50 5.00
b) Em relação ao item b dos embargos à execução, o argumento está incorreto, pois se tratar de requisito não previsto na lei de execuções fiscais, cujo diploma, por sua especialidade, ostenta primazia sobre a legislação de cunho geral.	0.00 2.50
c) Em relação ao item c dos embargos à execução, o argumento está incorreto, visto que a fazenda pública exequente, no âmbito das execuções fiscais, está dispensada de promover o adiantamento de custas relativas ao ato citatório, devendo recolher o respectivo valor somente ao final da demanda, acaso resulte vencida.	0.00 2.50
d.1) Em relação ao item d dos embargos à execução, o argumento está incorreto. O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação, não dispondo o Fisco, até o vencimento estipulado, de pretensão executória legítima para ajuizar execução fiscal objetivando a cobrança judicial, embora já constituído o crédito desde o momento no qual houve o envio do carnê para o endereço do contribuinte (Súmula 397/STJ).	0.00 2.50 5.00
d.2) Ainda em relação ao item d, o prazo prescricional se interrompe com o despacho do juiz que determina a citação em execução fiscal, e não com a citação do executado.	0.00 2.50 5.00
<b>Nota da Questão 03 - Gabarito 1</b>	<b>20</b>
<b>Questão 04</b>	
<b>Gabarito 1 (espelhoA04.pdf)</b>	<b>Itens = 25.0</b>
1 A petição deve ser endereçada ao Supremo Tribunal Federal.	0.00 1.00
2 Impetrante: Município Alfa.	0.00 1.00
3 Autoridade coatora: Ministro Relator do Processo Administrativo XX, no âmbito do Tribunal de Contas da União.	0.00 1.00
4 Legitimidade ativa de Alfa: decorre do fato de ser o titular do direito que postula.	0.00 1.00
5 Legitimidade passiva do Ministro Relator: é justificada pelo fato de ser o autor da requisição.	0.00 1.00
6 A autoridade coatora está vinculada à União.	0.00 1.00
7 O candidato deve indicar que a requisição do Ministro Relator:	0.00 1.00
7.1 está lastreada em ato normativo inconstitucional, pois	0.00 1.00
7.1.1 não há urgência na sua edição, o que é exigido, considerando que o sistema atual está em pleno funcionamento desde a promulgação da Constituição da República;	0.00 1.00 2.00 3.00
7.1.2 o Art. 1º da MPX é inconstitucional, pois a criação do Conselho, para fiscalizar atos dos municípios afronta a autonomia desses entes federativos;	0.00 1.00 2.00 3.00
7.1.3 o Art. 2º da MPX, em sua primeira parte, dispõe sobre a fiscalização, por um órgão da União, de recursos pertencentes aos municípios, o que afronta a autonomia política desses entes federativos;	0.00 1.00 2.00 3.00
7.1.4 o Art. 2º da MPX, em sua segunda parte, além de padecer dos mesmos vícios da primeira parte, atribui ao Conselho uma função de articulação, com o Tribunal de Contas, própria do controle interno;	0.00 1.00

	2.00 3.00
7.1.5 o Art. 3º da MPX atribui ao Tribunal de Contas da União funções próprias do Tribunal de Contas estadual;	0.00 1.00 2.00 3.00
7.1.6 o Art. 4º da MPX dispõe sobre direito penal, temática que é interdita à medida provisória;	0.00 1.00 2.00 3.00
7.2 se baseou em informações encaminhadas pelo Conselho, que as produziu à margem da sistemática constitucional, em razão da inconstitucionalidade da MPX;	0.00 1.00 2.00 3.00
7.3 afronta o direito constitucional ao silêncio.	0.00 1.00 2.00 3.00
8 Essa base normativa justifica a escolha do instrumento processual (MS), já que	0.00 0.50
8.1 há direito líquido e certo lastreado em prova pré-constituída, o que decorre da requisição de informações, pelo Ministro Relator, ao Município Alfa.	0.00 0.50
9 O candidato deve sustentar que, além do fundamento relevante do direito de Alfa,	0.00 1.00
9.1 é premente a necessidade de concessão de tutela liminar para evitar o prosseguimento do processo administrativo que afronta a autonomia municipal;	0.00 1.00
10 A peça deve conter os requerimentos de	0.00 1.00
10.1 concessão da medida liminar, para que o processo administrativo seja suspenso e	0.00 1.00
10.2 Alfa possa se abster de atender à requisição formulada; e	0.00 1.00
10.3 procedência do pedido, com confirmação da concessão da ordem, atribuindo-se caráter definitivo à tutela liminar.	0.00 1.00
11 Valor da causa e Qualificação como Procurador Geral do Município	0.00 0.50 1.00
<b>Nota da Questão 04 - Gabarito 1</b>	<b>40</b>